

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

Valor Econômico

Envolvidos na Zelotes terão que devolver R\$ 880 milhões

Valor Econômico - 01/12/2015

Letícia Casado

O Ministério Público Federal apresentou a primeira denúncia da Operação Zelotes, na qual responsabilizam 16 pessoas e pedem a reparação de cerca de R\$ 880 milhões. "Esse é o valor que estamos pedindo", disse ontem o procurador regional da República José Alfredo de Paula.

O grupo é acusado pelos crimes de formação de organização criminosa, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva e extorsão envolvendo a MP 471/2009, que prorrogou benefícios fiscais ao setor automobilístico. Dos 16 denunciados, sete estão presos. Os investigadores apuram suspeitas sobre suposta compra da MP durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

De acordo com o procurador, houve atuação de grupo criminoso "na edição da MP; na fase de emendas no Congresso, conhecido como 'jabutis'; e na fase final conhecida como a da sanção e do veto" da medida provisória, que foi sancionada e entrou em vigor.

O valor foi calculado considerando a renúncia fiscal presente na exposição de motivos da MP 471/2009. A Zelotes investiga esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) - órgão do Ministério da Fazenda que julga recursos contra multas da Receita Federal.

Caberá ao juiz federal Vallisney Oliveira, da 10ª Vara, aceitar ou não a peça apresentada pelo MPF.

Entre os denunciados estão executivos da montadora MMC, representante da Mitsubishi no Brasil, além de funcionários do governo, lobistas e advogados que supostamente formariam grupo especializado em oferecer decisões favoráveis no Carf a contribuintes de grande porte - como os sócios do escritório de advocacia Marcondes e Mautoni.

O grupo que atuava junto ao Carf identificava processos com altos valores, oferecia seus serviços e atuava junto aos conselheiros "inclusive pagando propina para obter decisões favoráveis", de acordo com a denúncia. Para os procuradores, o contribuinte que contratava os serviços oferecidos pelos escritórios de consultoria e advocacia envolvidos no esquema tinha consciência do tipo de serviço que lhe era oferecido, chegando até mesmo a formalizar contratos de fachada com as empresas.

De acordo com a investigação, o grupo teve acesso ao texto da MP antes de estar finalizada: "O poder de infiltração da organização criminosa no Poder Executivo é tão grande que obteve o texto antes de sua publicação", escreveram os procuradores na denúncia.

A MMC contratou o grupo para se livrar de R\$ 266 milhões em multa, segundo o MPF. "O retorno financeiro, obviamente, compensou o investimento, pois só o crédito tributário afastado era de R\$ 266.471.325,54. Isso sem falar na renúncia fiscal em razão da prorrogação da Medida Provisória nº 471/2009, que alcançou a astronômica cifra de R\$ 879,5 milhões", escreveram os procuradores.

"Os repasses da MMC para a M&M [Marcondes e Mautoni] foram feitos, em sua esmagadora maioria, por decisão de Robert Rittscher", informa denúncia. A MMC contratou o escritório em novembro de 2009 e um ano depois, firmou aditivo no valor de R\$ 17,4 milhões.

A Zelotes tem outros inquéritos que abrangem figuras públicas e ainda estão em andamento. O procurador José Alfredo De Paula disse que "é possível que nomes de servidores públicos tenham sido usados" pelos investigados na Zelotes.

Carf retoma julgamentos na segunda

Valor Econômico - 01/12/2015

Laura Ignacio e Beatriz Olivon | De São Paulo e Brasília

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) programa julgar na próxima semana quase dois mil processos. Um exército de advogados deverá comparecer ao Conselho, já que todas as turmas e suas câmaras superiores estarão em julgamento. O Carf foi fechado em decorrência da Operação Zelotes, que apura corrupção no órgão. Reaberto em julho, só agora retoma os julgamentos, com um time de julgadores NOVOS.

Leia mais:

Carf retomará julgamentos com quase dois mil processos na pauta

Valor Econômico - 01/12/2015

Laura Ignacio e Beatriz Olivon | De São Paulo e Brasília

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) retoma os julgamentos na próxima semana com quase dois mil processos na pauta. Estarão sob análise discussões importantes e bilionárias, como ágio, juros sobre capital próprio e trava de 30%, o que deve atrair um exército de advogados. Todas as turmas e câmaras superiores do órgão funcionarão ao mesmo tempo.

A retomada do Carf estará sob os olhares do Planalto. No discurso de posse, em janeiro, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, chegou a afirmar que "o equilibrado encaminhamento do contencioso tributário é um poderoso instrumento para a conformidade e estímulo à eficiência das boas empresas". E na cerimônia de reabertura do Carf, em julho, disse que andava "caçando os R\$ 100 bilhões que o Carf mandou", em uma referência a processos finalizados pelo órgão, enquanto ficou fechado, em decorrência da Operação Zelotes.

Além da pauta volumosa, tributaristas estão preocupados com a "inexperiência" de parte dos julgadores, que poderão se sentir pressionados com processos de valores tão altos. A questão levou alguns advogados a pedir o adiamento de alguns casos.

"Vários de nossos casos importantes estão na pauta da semana que vem", afirma o advogado João Marcos Colussi, do Mattos Filho Advogados. "Estaremos atentos para identificar a nova dinâmica de julgamento do tribunal. Na possibilidade de uma derrota, confiamos na Justiça."

Já o advogado Flávio Eduardo Carvalho, do SSPLaw Advogados, chama a atenção para o fato de a maioria dos processos pautados ter como relator conselheiros representantes da Fazenda Nacional. "Isso significa que o viés dos primeiros votos serão fiscalistas e tememos que os novos conselheiros os sigam", afirma. Por isso, para ele, o caminho da judicialização é o mais provável. Carvalho calcula haver 20 processos do escritório na pauta da semana que vem e cerca de 350 no total.

Cada turma tem oito julgadores e em algumas seis deles são novos. Um decreto publicado este ano determinou que os conselheiros representantes dos contribuintes não podem atuar como advogado. O fato levou a um desligamento em massa da maior parte dos conselheiros que advogavam. Por isso, foi feita uma nova seleção. "Colocar temas tão complexos logo na primeira semana para pessoas sem experiência no **Carf** me parece ser uma temeridade", afirma Luiz Paulo Romano, advogado do Pinheiro Neto Advogados.

Apenas uma empresa que é cliente do escritório Bichara Advogados tem dez processos na pauta, segundo o advogado Sandro Machado dos Reis. Ele e sua equipe finalizam memoriais para entregar aos novos conselheiros. "Uma das regras que adotamos é apresentar esse material em todos os casos do escritório e pedir sustentação oral nos mais complexos ou de valor expressivo", diz.

Um dos casos de ágio que está na pauta é o da privatização da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe). Os autos de infração questionados pela empresa exigem créditos tributários referentes ao IRPJ e à CSLL entre 2007 e 2008. Em procedimento fiscal anterior, realizado entre 2001 e 2006, a fiscalização acusou a empresa de ter deduzido indevidamente, na apuração da base de cálculo dos tributos, amortização de ágio, dedução que se manteve em 2007 e 2008.

Outro tema destacado é o da trava dos 30% para compensação tributária com prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa da CSLL. O assunto aguarda julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) em repercussão geral. Apesar de não haver uma posição consolidada na Justiça, no **Carf** há um precedente desfavorável às empresas da Câmara Superior.

Um dos recursos que discute o assunto e está na pauta da próxima semana é do Banco Santander. No caso concreto, não é a limitação da trava dos 30% que é discutida apenas, mas também a possibilidade de o limite não ser observado, em decorrência da extinção da empresa por meio da incorporação.

Em relação aos juros sobre capital próprio, um dos casos na pauta é da Alcoa. Nele, a companhia discute uma autuação fiscal que recebeu por ter deduzido juros pagos em 2007 do lucro real tributável pelo IRPJ e a CSLL.

Na retomada, porém, o conselho não julgará, necessariamente, cada um dos 1.982 recursos. O regimento do órgão prevê que quando existir vários recursos com fundamento em questão de direito idêntica, o presidente de turma poderá sortear um processo para defini-lo como paradigma, como já ocorre no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em relação aos recursos repetitivos. Assim, aos demais, será aplicado o mesmo resultado de julgamento.

Para o advogado Felipe Kneipp Salomon, do Levy e Salomão Advogados, desde que os advogados possam apresentar sustentação oral nos julgamentos, não haverá prejuízo na análise em bloco.

Além disso, os conselheiros podem pedir vista nos casos em que ainda não tiverem segurança para julgar. Segundo o novo regimento interno, nessas situações, o processo deve ser julgado na sessão seguinte, em cerca de 20 dias. A partir do segundo pedido de vista, a análise será coletiva e nenhum outro conselheiro poderá suspender o julgamento.

O Estado de S.Paulo

Procuradoria denuncia 16 na Zelotes

O Estado de S. Paulo - 01/12/2015

Segundo acusação do Ministério Público, em apenas uma das medidas provisórias "compradas", rombo nos cofres públicos foi de R\$ 879,5 mi

Adriano Ceolin
Andreza Matais
Carla Araújo / BRASÍLIA

O Ministério Público Federal (MPF) divulgou ontem a denúncia que encaminhou à Justiça contra 16 pessoas envolvidas na "compra" de medidas provisórias, esquema revelado pelo Estado. Apenas uma das normas aprovadas, a MP 471/2009, causou um rombo nos cofres públicos de R\$ 879,5 milhões - montante que, segundo os procuradores do caso, tem de ser ressarcido. De acordo com a denúncia, houve prática de crimes de corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, extorsão e organização criminosa.

A ação faz parte da Operação Zelotes, iniciada em 2013 com investigações sobre irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda. "Conseguimos apenas a ponta do iceberg", afirmou a procuradora regional da República Raquel Branquinho, que assina a denúncia junto com o também procurador regional José Alfredo de Paula e Silva e os procuradores da República Marcelo Ribeiro e Frederico de Carvalho.

Os desdobramentos do caso no Carf acabaram revelando uma ação coordenada de lobistas e agentes públicos para aprovação de medidas provisórias com benefícios fiscais para o setor automotivo. O filho caçula do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Luís Cláudio, aparece nas investigações como beneficiário de pagamentos suspeitos.

• Pagamento

"O pagamento para a empresa LFT (do empresário Luís Cláudio Lida da Silva) é objeto de investigação na Zelotes, tanto que foi objeto de busca e apreensão, mas não é possível antecipar nenhum tipo de linha de investigação"

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Uma empresa em nome dele, a LFT Marketing Esportivo Ltda, recebeu R\$ 2,5 milhões da Marcondes & Mautoni, escritório de lobby responsável pela MP do setor

automotivo. Sócio da firma, o casal Mauro Marcondes e Cristina Mautoni foi denunciado pelos crimes de organização, criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção ativa.

Além de Luís Cláudio, também foram citados nas investigações os ex-ministros Guido Mantega (Fazenda) e Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência), que também foi chefe de gabinete do presidente Lula. Nenhum dos três foi indiciado ou denunciado, mas permanecem sob investigação. Os procuradores, no entanto, não descartam que o nome dos ministros tenham sido usados pelo grupo investigado.

Objeto. O Ministério Público Federal afirmou ainda que as investigações envolvendo a LFT estão avançando, mas que ainda não poderia antecipar conclusões. "O pagamento para a empresa LFT é objeto de investigação na Zelotes, tanto que foi objeto de busca e apreensão, mas não é possível antecipar nenhum tipo de linha de investigação", diz o MPF.

O presidente da montadora CAO, Carlos Alberto de Oliveira, também não foi denunciado ainda. Na sexta-feira, a Polícia Federal o indiciou, já que sua empresa é acusada de ter comprado a MP 471 e outras medidas investigadas. Os procuradores, no entanto, disseram que ainda estão em busca de mais elementos para denunciar Oliveira.

Já o sócio-fundador da MMC Automotores e representante da Mitsubishi no Brasil, Eduardo de Souza Ramos, e o presidente da MMC, Robert Rittscher, foram denunciados por crimes como organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção ativa. O ex-presidente da MMC Paulo Arantes Ferraz também é acusado de corrupção ativa.

A MMC não vai se manifestar. A defesa de Mauro e Cristina Marcondes não retornou contato feito pela reportagem.

Ministério Público vai apurar lobby em compra de caças

O Ministério Público Federal confirmou que o escritório Marcondes & Mautoni também fez lobby em favor da empresa sueca Saab, que venceu a bilionária licitação para compra dos 36 novos caças da Força Aérea Brasileira. Os procuradores disseram que o caso será investigado. Ainda não se sabe, contudo, se permanecerá sob o âmbito da Operação Zelotes ou se haverá um desmembramento para outra ação.

No domingo, o Estado revelou um conjunto de mensagens eletrônicas em que um executivo da Saab solicita uma reunião com o ex-presidente Lula em 2012, antes do fim do processo de licitação. A reportagem também mostrou que Marcondes levou o CEO da Saab para um encontro com o então ministro de Indústria e Comércio, Miguel Jorge.

O Globo

MPF denuncia 16 acusados à Justiça na Operação Zelotes

O Globo - 01/12/2015

Procurador afirma que caso de filho de Lula ainda é investigado

EVANDRO ÉBOLI

O Ministério Público Federal no Distrito Federal denunciou ontem à Justiça Federal 16

pessoas acusadas de suposto envolvimento na compra de medidas provisórias (MP). Essa é a primeira denúncia fruto da Operação Zelotes, que apura atuação de uma quadrilha no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão ligado à Receita Federal. O grupo estendeu sua ação no trâmite de MPs. Os procuradores classificaram o grupo como uma quadrilha sofisticada e apresentaram essa denúncia apenas como a "ponta do iceberg".

Dos 16 denunciados, sete estão presos. Foram identificados crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva e extorsão. A lista de pedidos do Ministério Público à Justiça inclui ainda o ressarcimento de R\$ 879,5 milhões de reparação aos cofres públicos. É a estimativa da Receita Federal com a perda da corrupção.

"PONTA DESSE GRANDE ICEBERG" Entre os denunciados estão o lobista Alexandre Paes dos Santos, o APS, a ex-assessora especial da Casa Civil Lytha Spíndola, o ex-conselheiro do Carf José Ricardo da Silva e o jornalista Fernando Cesar Mesquita. A denúncia envolve as empresas SGR Consultoria e a Marcondes e Mautoni, que se uniram em 2009 para a prática de crimes. Um deles, segundo os procuradores, foi o de atuar a favor da montadora de carros MMC junto ao Carf e na compra de MPs do setor automobilístico em 2009.

O Ministério Público concluiu que o grupo atuava há pelo menos dez anos.

- Conhecemos hoje uma parte da ponta desse grande iceberg. Se trata de uma organização criminosa que comprava legislação - disse a procuradora Raquel Branquinho.

O procurador José Alfredo de Paula Silva explicou que, na compra de MPs, o grupo atuava em todas as fases.

- O grupo atuava na edição da medida provisória, na fase de emendas de parlamentares e buscava influenciar até no ato de sanção ou de veto.

Foram encontrados e-mails nos quais um dos envolvidos diz que os parlamentares precisam ter calma, exigir menos pagamento de propina. Mas não aparece o nome de nenhum deputado ou senador.

GILBERTO CARVALHO NÃO FOI INCLUÍDO Na denúncia oferecida nesse lote, não consta o nome de Luis Claudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula. O procurador afirmou que esse caso ainda está sendo investigado. José Alfredo afirmou também que houve citação do nome do ex-ministro Gilberto Carvalho, que foi chefe de gabinete da Presidência no governo Lula, mas que não há, por enquanto, comprovação de seu envolvimento.

- É preciso tomar cuidado. A organização criminosa existe, atuou, mas é possível que nomes de servidores públicos tenham sido usados. No caso dele (Gilberto Carvalho) não foi usado, nem pela Polícia Federal ou pelo Ministério Público, uso de coercitiva (condução coercitiva), e o que temos são anotações de terceiros. É preciso ter cautela - disse José Alfredo.

O advogado Marcelo Leal, que atua na defesa de Alexandre Paes dos Santos, disse que não comentaria a denúncia dos procuradores.

- Tenho por hábito me manifestar apenas nos autos. Não tem sentido o juiz ler primeiro na imprensa a defesa do meu cliente - disse Leal.

A defesa de Lytha Spíndola divulgou nota na qual se diz indignada com o que entende ser a seletividade da divulgação da denúncia. "Nossa cliente reitera que não teve participação na edição de Medidas Provisórias. A presunção de que seria beneficiária final de pagamentos feito às empresas de seus filhos é descabida e falaciosa, o que será provado no curso do processo", informou a defesa de Lytha.

Lytha é acusada de ter recebido R\$ 2 milhões da Marcondes e Mautoni. Lytha, concluem os procuradores, atuou para que a Presidência ignorasse parecer técnico do Ministério da Fazenda e garantisse os benefícios do setor automobilístico, que seria o beneficiado nessa intervenção na medida provisória. Ela teria usado empresas dos filhos para receber os recursos.

Folha de S.Paulo

Procuradoria denuncia 16 e pede R\$ 880 mi

Folha de S. Paulo - 01/12/2015

TRATA-SE DA PRIMEIRA DENÚNCIA RELATIVA ÀS INVESTIGAÇÕES DA OPERAÇÃO ZELOTES, QUE APURA SUPOSTAS FRAUDES NO CARF

Acusados teriam atuado em negociação para 'compra' de edição de medida provisória para o setor automotivo

RUBENS VALENTE
AGUIRRE TALENTO
DE BRASÍLIA

A Procuradoria da República no Distrito Federal protocolou a primeira denúncia relativa às investigações da Operação Zelotes, que apura supostas fraudes no Carf, conselho vinculado ao Ministério da Fazenda que julga recursos contra multas aplicadas pela Receita Federal.

Os procuradores pedem R\$ 879,5 milhões como "reparação aos cofres públicos" e R\$ 1,58 milhão de perda, em favor da União, "pela prática de lavagem de dinheiro". A denúncia será analisada pelo juiz da 10a Vara Federal do DF Vallisney de Souza Oliveira.

Foram denunciadas 16 pessoas acusadas de envolvimento em negociações para "compra" de edição de medidas provisórias (MPs) para o setor automotivo. A denúncia fala em corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, organização criminosa e extorsão.

No rol dos denunciados estão os lobistas José Ricardo da Silva, Mauro Marcondes e Alexandre Paes dos Santos, a ex-secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento Lytha Spíndola e os representantes da empresa MMC, da Mitsubishi, Paulo Ferraz e Eduardo de Souza Ramos.

O inquérito tratou da edição da MP 471, de 2009, que prorrogou benefícios fiscais de interesse da MMC.

Em entrevista nesta segunda (30), os procuradores Frederico Paiva, Raquel Branquinho e José Alfredo de Paula Silva informaram que a investigação começou com os indícios de que a MMC tentava se livrar de um processo no **Carf** pelo qual a Receita lhe cobrava R\$ 266 milhões.

Segundo os procuradores, a empresa recorreu a duas firmas, a SGR, de José Ricardo da Silva, que era conselheiro do **Carf**, e a Marcondes & Mautoni, de Mauro Marcondes.

“Havia interesse em derrubar essa autuação no **Carf**. A Marcondes & Mautoni se une à SGR, acabam se unindo num projeto criminoso. O projeto se amplia para compra de legislação no setor automobilístico”, disse José Alfredo.

“Eles [MMC] financiam essa organização criminosa ao longo do tempo. Foram [pagos] R\$ 51 milhões nesse período. A empreitada foi extremamente lucrativa. O valor no **Carf** de R\$ 266 milhões foi ‘derrubado’ e o MPF [Ministério Público Federal] aponta que a renúncia fiscal de R\$ 880 milhões só em relação à MMC. Este é o valor que estamos pedindo de reparação.”

Segundo os procuradores, o ex-diretor de comunicação do Senado Fernando Cesar Mesquita, outro denunciado, recebeu R\$ 78 mil para acompanhar a tramitação da MP.

FILHO DE LULA

Os procuradores confirmaram que dados sobre a firma do filho do ex-presidente Lula, Luis Cláudio Lula da Silva, a LFT Marketing Esportivo, serão objeto de outro inquérito aberto pela PF.

A LFT recebeu R\$ 2,5 milhões na mesma época em que as firmas do setor automotivo Caoa, da Hyundai, e MMC pagaram R\$ 16 milhões à Marcondes & Mautoni.

A nova investigação também vai apurar o papel do ex-ministro Gilberto Carvalho e dos responsáveis pela Caoa.

José Alfredo pediu cautela em relação a Carvalho. “A organização criminosa realmente tinha infiltração [no governo]. Mas muitas vezes ela pode ter usado nomes do serviço público de forma indevida. E preciso muita cautela. Vai ser apurado, mas nós não podemos, de forma alguma, afirmar que o ministro Gilberto Carvalho está envolvido”.

Em seu relatório, o delegado responsável pela Zelotes na PF, Marlon Cajado, voltou a afirmar que Carvalho estava em “conluio” com a organização de Marcondes, mas também não o indiciou.

Jornal Esp - PI

Halysson Carvalho é denunciado à Justiça Federal

01/12/2015

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou neste domingo (29) à Justiça 16 pessoas por envolvimento com a negociação ilícita para aprovação de medidas provisórias que beneficiaram contribuintes específicos.

A denúncia, assinada pelos procuradores da República Frederico de Carvalho Paiva, Marcelo Ribeiro e pelos procuradores regionais da República José Alfredo de Paula Silva e Raquel Branquinho faz parte da Operação Zelotes, que apura irregularidades cometidas entre 2005 e 2014 e que, de acordo com as estimativas iniciais, causaram prejuízos bilionários aos cofres públicos. De acordo com denúncia, a força tarefa que investigou o caso apontou a prática de crimes como corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, organização criminosa e extorsão.

Iniciada em 2013, a investigação se tornou pública em março deste ano, quando foi deflagrada a primeira fase de buscas e apreensões. A análise do material recolhido levou os investigadores a desmembrarem os casos a partir da constatação de que grandes contribuintes contrataram pessoas - na maioria dos casos advogados e ex-conselheiros - que atuavam de forma paralela à defesa oficial e regularmente constituída junto a conselheiros do **Carf** para que estes votassem favoravelmente aos recursos apresentados junto ao órgão. No entanto, ao analisarem uma das situações, os investigadores descobriram que determinada organização criminosa também agiu para viabilizar a aprovação de legislação que concedeu benefícios fiscais a empresas do setor automobilístico, o que levou à abertura de um inquérito específico.

Concluído nos últimos dias, esse procedimento embasou a denúncia, que envolve as empresas SGR Consultoria Empresarial Ltda e a Marcondes e Mautoni Empreendimentos e Diplomacia Corporativa Ltda (M&M). As duas organizações se uniram em 2009 para a prática de crimes, conforme revelaram as investigações. Na denúncia, os procuradores da República, membros da força tarefa, detalham a atuação de cada integrante do esquema, frisando que tanto a SGR quanto a M&M nada produzem. Em função das descobertas, e para preservar a ordem pública e as investigações, os principais nomes ligados aos dois grupos estão presos de forma preventiva desde o dia 26 de outubro.

No caso da SGR, a empresa fundada por Eivany Antônio da Silva, ex-auditor fiscal da Receita Federal, se especializou, segundo a denúncia, em "oferecer como produto criminoso a contribuintes de grande porte, selecionados pelos membros da organização, decisões favoráveis dentro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda - **CARF**, última instância administrativa na esfera tributária". O principal nome da companhia é José Ricardo Silva (filho de Eivany), mas o grupo conta ainda com Alexandre Paes dos Santos e Eduardo Valadão. José Ricardo foi conselheiro do **Carf** entre 2007 e 2014.

Em relação à M&M, de propriedade do casal Mauro Marcondes e Cristina Mautoni (também presos por ordem judicial), os investigadores afirmam que a atuação sempre foi no sentido de patrocinar "interesses de particulares junto ao Estado". Além do casal, a empresa contava com o "trabalho" regular de Francisco Mirto Florêncio (preso e denunciado). A relação de Mirto com a M&M aparece em vários momentos da denúncia, como o fato de ele ter recebido R\$ 500 mil da empresa e de ter sido o responsável por realizar - ainda em 2010 - uma investigação clandestina contra o então procurador da República José Alfredo Paula Silva, que na época apurava a compra de caças pelo Brasil, assunto sobre o qual o trio atuava intermediando interesses.

As diligências realizadas ao longo de mais de um ano por investigadores do MPF, da Polícia Federal, da Receita Federal e da Corregedoria do Ministério da Fazenda mostraram que o objetivo inicial da união entre SGR e M&M era o atendimento de interesses da montadora MMC junto ao **Carf**, onde um recurso discutia uma cobrança milionária imposta à montadora. Posteriormente, o grupo atuou também na compra de legislação federal (medidas provisórias) que beneficiou, além da MMC, o grupo Caca, também do setor automobilístico.

"Como suporte e estímulo a essa atuação, há o denunciado Eduardo Ramos, que, via MMC, financiou a organização criminosa ao longo do tempo", afirmam os procuradores em um dos trechos da ação. Robert Rittscher, presidente da MMC a partir de abril de 2010, também foi denunciado por financiar a organização criminosa.

No caso do recurso administrativo - acatado por 4 a 2, no julgamento do **Carf** - a empresa MMC deixou de pagar mais de R\$ 266 milhões. Já o valor conseguido com a renúncia fiscal decorrente da prorrogação promovida pela Medida Provisória 471/09 alcançou a cifra de R\$ 879,5 milhões. Como financiamento ao longo do tempo, a MMC teria repassado ao grupo de lobistas R\$ 57 milhões. Na denúncia, o MPF frisa que, em função do alto valor, o pagamento foi feito de forma parcelada, entre os anos de 2009 e 2015. Explica ainda que, para ocultar sua relação com a SGR, o relacionamento financeiro da MMC se restringiu à M&M, com quem tinha uma "história" comercial antiga.

Além das pessoas com vínculos diretos com a SGR e a M&M e dos três representantes da montadora MMC (Eduardo de Souza Ramos, Paulo Arantes Ferraz e Robert Rittscher), o MPF denunciou outros envolvidos no esquema. Neste aspecto, destaca-se a servidora pública Lytha Battiston Spíndola e seus dois filhos, Vladimir e Camilo Spíndola, além do ex-diretor de comunicação do Senado, Fernando Cesar de Moreira Mesquita. Mesquita, frisa os autores da ação, recebeu R\$ 78 mil como pagamento por ter monitorado a tramitação da Medida Provisória 471 no Congresso Nacional. Aprovada como pretendiam os investigados, a MP foi convertida na Lei 12.218/2010 e rendeu benefícios fiscais às empresas Ccoa e MMC de 2010 a 2015.

No caso de Lytha Spíndola, as investigações mostraram que, entre os "trabalhos" realizados por ela, consta a análise do texto da Medida Provisória 512, que tinha recomendação de veto pelo Ministério da Fazenda (MF). Uma mensagem trocada entre a então assessora especial do gabinete da Casa Civil da Presidência da República e o assessor especial do então ministro Antonio Palocci não deixa dúvidas de que Lytha trabalhou no sentido de que a Presidência ignorasse o parecer técnico do MF e garantisse os benefícios a empresas do setor automobilístico que atuam na região Centro-Oeste, ou seja, a Ccoa e a MMC.

Entre 2010 e 2014, Lytha Spíndola, que também foi secretária executiva da Camex e lotada no gabinete do secretário da Receita Federal do Brasil, recebeu R\$ 2 milhões da M&M. Para disfarçar o repasse ilegal de dinheiro, Lytha usou empresas dos filhos para receber os recursos. Segundo o MPF, Vladimir e Camilo não só conheciam as irregularidades, como ajudavam a mãe ocasionalmente.

Os dois últimos denunciados são Halysson Carvalho Silva e Marcos Augusto Henares Vilarinho, que, como explicam os investigadores, atuaram na prática do crime de extorsão. Neste caso, a participação se deve ao fato de o grupo Ccoa ter se recusado a pagar a parte acertada na negociação que levou à aprovação da MP 471. Na denúncia, os investigadores mencionam a existência de documentos, segundo os quais MMC e Ccoa, juntas, deveriam pagar R\$ 32 milhões à M&M. Valor que seria dividido em partes iguais entre a SGR e a M&M. A denúncia cita mensagens registradas em documentos apreendidos pelos investigadores, segundo as quais, 40% deste total seriam usados para pagar "colaboradores" - que na verdade, seriam os agentes públicos corrompidos (incluindo parlamentares federais cujos nomes ainda não foram identificados) - e os outros 60% distribuídos entre os lobistas.

No entanto, apenas a primeira fez o repasse. Mauro Marcondes teria, então, negado-se a repassar a parte da SGR, com o argumento de que precisava pagar os "colaboradores". "Com o passar do tempo, a situação ficou

insustentável, pois a SGR também tinha seus compromissos espúrios", enfatiza um dos trechos da ação. Foi neste contexto que, em 2010, Halysson e Marcos Augusto foram contratados pelos responsáveis pela SGR para ameaçar Mauro Marcondes e Eduardo Ramos. O valor exigido nas conversas, feitas a partir de um celular e de informações pessoais falsas, era de U\$ 1,5 milhão.

Para forçar o pagamento, Halysson ameaçava entregar à oposição e à imprensa um dossiê sobre a compra da MP 471. "Os e-mails de Halysson Carvalho, recebidos pela secretária de Eduardo Ramos (Lilian Gasperoni Pina), foram imediatamente repassados para Mauro Marcondes e não deletados ou comunicados para a polícia. Isso revela três coisas: a) a ameaça era séria; b) a polícia não podia saber do seu teor, pois comprometia Eduardo Ramos; e c) Mauro Marcondes era a pessoa indicada para resolver o problema", completam os procuradores.

Halysson Carvalho é ex-diretor financeiro da extinta Fundação Cultural do Piauí (Fundac), que foi substituída pela Secretária de Cultura do Estado.

Além das penas de prisão pelos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva e extorsão, previstas no Código Penal e leis especiais, o MPF requer que a justiça determine outras punições aos envolvidos. A lista de pedidos inclui a perda dos cargos e a cassação de aposentadoria dos funcionários públicos, o pagamento de, no mínimo, R\$ 879,5 milhões como reparação aos cofres públicos e a perda, em favor da União, de R\$ 1.581.263,17 decorrentes da prática de lavagem de dinheiro praticada por parte dos denunciados.

- José Ricardo da Silva (preso): ex-conselheiro do Carf (2007 a 2014), é considerado o principal nome da SGR Consultoria Empresarial, que, segundo o MPF, oferecia decisões favoráveis no órgão tributário. Acusado de organização criminosa, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e extorsão;

- Eivany Antônio da Silva: ex-auditor da Receita Federal, é pai de José Ricardo e fundador da SGR. Acusado de organização criminosa, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e extorsão;

- Alexandre Paes dos Santos (preso): lobista e membro da SGR. Acusado de quadrilha, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e extorsão;

- Eduardo Gonçalves Valadão (preso): membro da SGR. Acusado de quadrilha, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e extorsão;

- Mauro Marcondes Machado (preso): dono da M&M, empresa suspeita de "patrocinar interesses particulares junto ao Estado", segundo o MPF. Acusado de organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção ativa;

- Cristina Mautoni Marcondes Machado (presa): sócia da M&M. Acusada de organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção ativa;

- Francisco Mirto Florêncio da Silva (preso): trabalhava regularmente para a M&M, suspeito de receber R\$ 500 mil da empresa. Acusado de organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção ativa;

- Lytha Battiston Spíndola: ex-assessora da Casa Civil, responsável por análise de medida provisória que garantiu benefícios fiscais a montadoras. Segundo denúncia, recebeu R\$ 2 milhões da M&M. Acusada de organização criminosa e lavagem de dinheiro;

- Eduardo de Souza Ramos: representante da MMC, suspeito de financiar o esquema. Acusado de organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção ativa;

- Robert de Macedo Soares Rittscher: presidente da MMC a partir de 2010, suspeito de financiar o esquema. Acusado de organização criminosa e lavagem de dinheiro;

- Paulo Arantes Ferraz: representante da MMC. Acusado de corrupção ativa;

- Vladimir Spíndola: filho de Lytha Spíndola, teria recebido propina para a mãe através de sua empresa. Acusado de lavagem de dinheiro;
- Camilo Spíndola: filho de Lytha Spíndola, teria recebido propina para a mãe através de sua empresa. Acusado de lavagem de dinheiro;
- Fernando Cesar Moreira da Mesquita: ex-diretor de comunicação do Senado, teria recebido R\$ 78 mil para monitorar tramitação de medida provisória na Casa. Acusado de corrupção passiva;
- Halysson Carvalho Silva (preso): teria sido contratado pela SGR para ameaçar membros da M&M e da MMC para pagar propina. Acusado de extorsão;
- Marcos Augusto Henares Vilarinho: teria sido contratado pela SGR para ameaçar membros da M&M e da MMC para pagar propina. Acusado de extorsão.